

**Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de  
Pequeno Porte**

Secretaria de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte  
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração



**RANKING NACIONAL  
DE DISPENSA DE  
ALVARÁS E LICENÇAS**

Relatório do 2º trimestre de 2024

Publicado em 17 de julho de 2024

Disponível em [gov.br/dispensa-de-alvaras-e-licencas](http://gov.br/dispensa-de-alvaras-e-licencas)

## **METODOLOGIA**

A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, denominada de Lei da Liberdade Econômica, em seu artigo 1º, § 6º, determina o efeito da dispensa de quaisquer atos públicos para as atividades econômicas classificadas como baixo risco. Em acréscimo, a Lei, em seu artigo 3º, § 1º, inciso I, ainda define competência do Poder Executivo para a elaboração da classificação nacional de atividades de baixo risco, que deve ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, independentemente da aderência do ente federativo à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

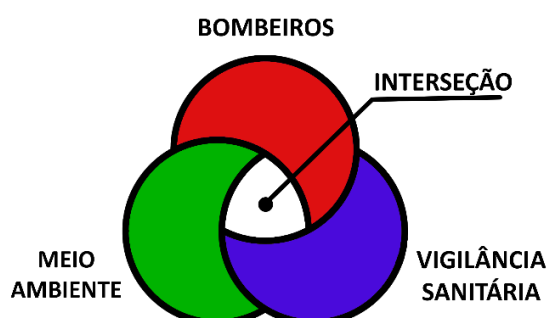
Neste sentido, o Poder Executivo, por meio das competências atribuídas ao Comitê para Gestão da Redesim (CGSIM) no artigo 3º, § 1º, inciso II, elaborou a Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, que define o que é o baixo risco e dispõe sobre a classificação nacional de atividades econômicas de baixo risco.

A Lei nº 13.874/2019 estabelece, no artigo 3º, §1º, inciso III, que quando houver legislação estadual, distrital ou municipal sobre a classificação de atividades de baixo risco, o ente federativo responsável por essa norma deve notificar o Governo Federal sobre sua edição. Somente após essa notificação é possível incluir a regulamentação específica de atividades de baixo risco no cadastro de regras de dispensa de alvarás e licenças, mantido no integrador nacional da Redesim. A análise e recebimento dessas normas são de responsabilidade da Secretaria Executiva do CGSIM, sob a supervisão do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

Para elaborar este documento, consideramos a interseção das atividades dispensadas de alvarás e licenças pelos Corpos de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente nos estados e municípios. É importante lembrar que, na ausência de normas locais, vale o que está definido nacionalmente pela Resolução CGSIM nº 51/2019.

### **Destaque 1**

Exemplo de interseção das atividades dispensadas.



A fim de tornar mais claro o que foi exposto, quando não há envio de norma específica pelo município, prevalece a norma estadual aprovada pelo Governo Federal. Se não houver norma estadual, aplica-se a classificação nacional. Por exemplo: se um município envia apenas uma norma de dispensa para segurança sanitária e não há norma estadual correspondente, consideram-se as atividades dispensadas pela norma municipal para segurança sanitária e a classificação nacional para meio ambiente e Bombeiros, excluindo atividades econômicas não presentes em ambas as esferas.

Sendo assim, com o objetivo de dar publicidade aos atos normativos vigentes em todo o território nacional, apresentamos neste documento o Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, discriminado por unidade federativa (estados e Distrito Federal) e municípios.

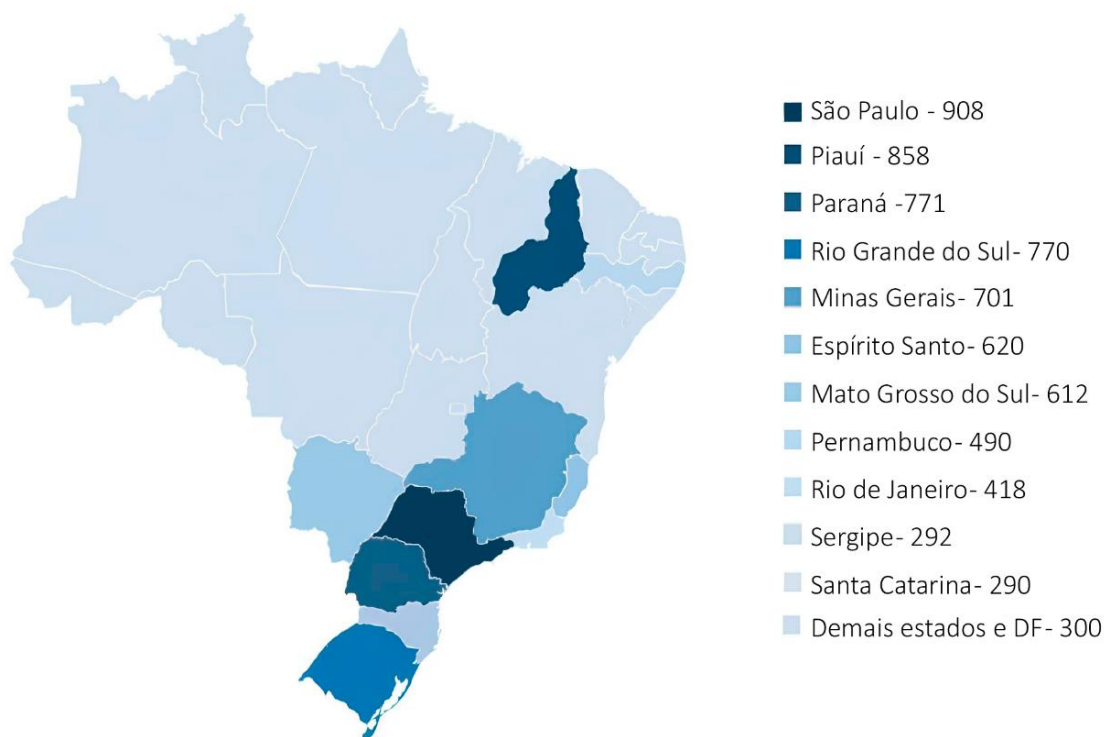
## **RANKING DE DISPENSA DE ALVARÁS E LICENÇAS DOS ESTADOS**

O ranking de dispensa de alvarás e licenças nos estados fornece indicadores relativos ao quantitativo de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças nas unidades da federação, nos termos da Lei nº 13.874/2019.

A ilustração abaixo apresenta a distribuição quantitativa de atividades econômicas dispensadas nos estados e Distrito Federal até o final do primeiro trimestre de 2024.

### **Destaque 2**

Distribuição do quantitativo de atividades econômicas dispensadas nos estados e Distrito Federal.



Neste último levantamento, o Estado de São Paulo apresentou uma nova norma sanitária e ambiental que dispensa 908 atividades econômicas. Com esse número, São Paulo agora ocupa a primeira posição no ranking nacional. Em seguida, vem o Piauí, com 858 atividades econômicas dispensadas, e o Paraná com 771 atividades dispensadas.

O Rio Grande do Sul ocupa a quarta posição, dispensando 770 atividades econômicas, seguido por Minas Gerais, com 701 atividades dispensadas, o Espírito Santo dispensa 620 atividades, Mato Grosso do Sul dispensa 612 atividades, Pernambuco dispensa 490 atividades, e o Rio de Janeiro dispensa 418 atividades. Essa iniciativa reflete o esforço de vários estados em simplificar processos e reduzir a burocracia para diferentes setores econômicos, visando promover um ambiente de negócios mais favorável.

É importante notar que todos esses estados possuem normas próprias vigentes que dispensam um número significativamente maior de atividades econômicas do que a classificação nacional.

Adiante segue o ranking nacional de dispensa de alvarás e licenças dos estados e Distrito Federal até o final do segundo trimestre de 2024:

### **Destaque 3**

Ranking nacional de dispensa de alvarás e licenças dos estados e Distrito Federal.

<b>ESTADO</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>São Paulo</b>	908
<b>Piauí</b>	858
<b>Paraná</b>	771
<b>Rio Grande do Sul</b>	770
<b>Minas Gerais</b>	701
<b>Espírito Santo</b>	620
<b>Mato Grosso do Sul</b>	612
<b>Pernambuco</b>	490
<b>Rio de Janeiro</b>	418
<b>Acre</b>	300
<b>Alagoas</b>	300
<b>Amapá</b>	300
<b>Amazonas</b>	300
<b>Bahia</b>	300
<b>Ceará</b>	300
<b>Distrito Federal</b>	300
<b>Goiás</b>	300
<b>Maranhão</b>	300
<b>Mato Grosso</b>	300
<b>Pará</b>	300



<b>ESTADO</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Paraíba</b>	300
<b>Rio Grande do Norte</b>	300
<b>Rondônia</b>	300
<b>Roraima</b>	300
<b>Tocantins</b>	300
<b>Sergipe</b>	292
<b>Santa Catarina</b>	290

No outro extremo, os estados de Sergipe (292) e Santa Catarina (290) dispensam menos atividades econômicas de baixo risco em relação à classificação nacional. Para os demais estados prevalece a classificação de atividades disposta na Resolução CGSIM nº 51/2019.

Conforme explicado na seção de metodologia, em caso de o estado apresentar norma específica para apenas um órgão de licenciamento, é realizada a interseção da norma do estado com a norma nacional para os demais órgãos, resultando no quantitativo disposto no destaque anterior.

Neste sentido, fazemos mais uma vez menção direta ao estado de São Paulo que encaminhou uma nova norma específica de vigilância sanitária e meio ambiente. Portanto, o quantitativo de atividades dispensadas neste estado leva em consideração aquelas constantes nas normas estadual de Bombeiros, segurança sanitária e ambiental, excluindo-se as atividades econômicas que não constam simultaneamente nas três esferas de licenciamento.

## **RANKING DOS MUNICÍPIOS**

O ranking dos municípios fornece indicadores relativos ao quantitativo de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças nos respectivos municípios, nos termos da Lei nº 13.874/2019. Conforme já mencionado na metodologia, aqui leva-se em consideração, além da norma nacional, a existência de norma estadual das unidades federativas dos respectivos municípios.

Até o final do primeiro trimestre deste ano, 246 municípios encaminharam normas específicas ao Governo Federal, tendo esses as normas aprovadas e posteriormente inseridas no cadastro de regras de dispensa de alvarás e licenças. São municípios de 20 estados diferentes e, dentre esses, 12 são capitais das unidades da federação.

Outros municípios encaminharam manifestação ao Governo Federal ratificando adesão à classificação nacional ou à norma estadual de seus respectivos estados. Estes casos podem ser visualizados nos termos da Lei de Liberdade Econômica.

#### Destaque 4

Cenário de dispensas de atividades econômicas nos municípios ao final do 2º trimestre de 2024.

<b>246</b> municípios enviaram norma específica	<b>20</b> estados com municípios que encaminharem norma específica	<b>12</b> capitais enviaram norma específica
---	---	--

Adiante é apresentado ranking com os municípios que dispensam mais atividades econômicas que a classificação nacional. Aqui são considerados apenas os municípios que encaminharam normas específicas ao Governo Federal.

#### Destaque 5

Ranking de municípios com mais atividades econômicas dispensadas no país.

Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas
Jaboatão dos Guararapes (PE)	1.195
Pinhalzinho (SC)	1.129
Serrinha (BA)	1.076
Boa Vista (RR)	1.011
Bagé (RS)	1.009
Portão (RS)	994
Rio Grande (RS)	958
Porto Alegre (RS)	846
Montenegro (RS)	846
Recife (PE)	779
São José do Norte (RS)	770
Araucária (PR)	770
Ponta Grossa (PR)	770
Salvador (BA)	766
Estância Velha (RS)	753
Paranavaí (PR)	748
Carazinho (RS)	746
Encruzilhada do Sul (RS)	723
Rio Pardo (RS)	711
Santo Antônio da Patrulha (RS)	708
Governador Lindenberg (ES)	701
Itamarandiba (MG)	701
Guaxupé (MG)	701



<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Resende Costa (MG)</b>	694
<b>Cariacica (ES)</b>	689
<b>Venâncio Aires (RS)</b>	684
<b>Carlos Barbosa (RS)</b>	677
<b>Jerônimo Monteiro</b>	665
<b>Mucurici (ES)</b>	665
<b>Aracruz (ES)</b>	665
<b>Ecoporanga (ES)</b>	665
<b>São José do Calçado (ES)</b>	665
<b>Ijuí (RS)</b>	665
<b>Muqui (ES)</b>	665
<b>Dores do Rio Preto (ES)</b>	664
<b>Atilio Vivacqua (ES)</b>	663
<b>Marilândia (ES)</b>	659
<b>Pancas (ES)</b>	658
<b>Guaçuí (ES)</b>	658
<b>Ponto Belo (ES)</b>	658
<b>Alto Rio Novo (ES)</b>	658
<b>Guarapari (ES)</b>	658
<b>Vila Pavão (ES)</b>	658
<b>Itarana (ES)</b>	658
<b>Canguçu (RS)</b>	654
<b>Jaguaré (ES)</b>	652
<b>Marechal Deodoro (AL)</b>	648
<b>Baixo Guandu (ES)</b>	644
<b>Piúma (ES)</b>	642
<b>Nova Venécia (ES)</b>	641
<b>Boa Esperança (ES)</b>	641
<b>São Gabriel da Palha (ES)</b>	640
<b>Itaguaçu (ES)</b>	638
<b>Afonso Cláudio (ES)</b>	635
<b>Curvelo (MG)</b>	635
<b>Lagoa da Prata (MG)</b>	632
<b>Santo Augusto (RS)</b>	629
<b>João Neiva (ES)</b>	622
<b>Serra (ES)</b>	618
<b>Não-Me-Toque (RS)</b>	617
<b>Alfredo Chaves (ES)</b>	616
<b>Foz do Iguaçu (PR)</b>	609
<b>Irupi (ES)</b>	606
<b>Brejetuba (ES)</b>	602



<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Mimoso do Sul (ES)</b>	602
<b>Anchieta (ES)</b>	600
<b>Bom Despacho (MG)</b>	571
<b>Tartarugalzinho (AP)</b>	597
<b>Piraquara (PR)</b>	594
<b>Palmeira das Missões (RS)</b>	593
<b>Muniz Freire (ES)</b>	590
<b>Colatina (ES)</b>	587
<b>Witmarsum (SC)</b>	585
<b>Sapiranga (RS)</b>	579
<b>Vale do Sol (RS)</b>	574
<b>Ibatiba (ES)</b>	573
<b>Marechal Floriano (ES)</b>	573
<b>Panambi (RS)</b>	560
<b>Ribeirão das Neves (MG)</b>	554
<b>Iconha (ES)</b>	554
<b>Vargem Alta (ES)</b>	546
<b>Araci (BA)</b>	541
<b>Maracaju (MS)</b>	536
<b>Fundão (ES)</b>	531
<b>Santa Maria de Jetibá (ES)</b>	531
<b>São Roque do Canaã (ES)</b>	526
<b>Laranja da Terra (ES)</b>	526
<b>Marau (RS)</b>	524
<b>Itapemirim (ES)</b>	523
<b>Iúna (ES)</b>	520
<b>Criciúma (SC)</b>	517
<b>Cachoeiro de Itapemirim (ES)</b>	508
<b>Conceição do Castelo (ES)</b>	507
<b>Ourinhos (SP)</b>	507
<b>Serafina Corrêa (RS)</b>	504
<b>Presidente Kennedy (ES)</b>	502
<b>Viana (ES)</b>	500
<b>Vila Velha (ES)</b>	497
<b>Curitiba (PR)</b>	494
<b>Maceió (AL)</b>	492
<b>Cianorte (PR)</b>	487
<b>Farroupilha (RS)</b>	478
<b>Arapiraca (AL)</b>	475
<b>Monte Belo (MG)</b>	474
<b>Fagundes Varela (RS)</b>	470





<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
Cachoeirinha (RS)	465
Retirolândia (BA)	463
Petrolina (PE)	461
Botuporã (BA)	458
Remanso (BA)	458
Andaraí (BA)	458
Delmiro Gouveia (AL)	453
Contenda (PR)	453
Macapá (AP)	451
Pedra Branca do Amapari (AP)	451
Queimadas (BA)	450
Gravataí (RS)	444
Uruguaiana (RS)	444
Barreiras (BA)	442
Iguatemi (MS)	440
Cascavel (PR)	436
São Lourenço da Mata (PE)	430
Gramado (RS)	427
Santiago (RS)	420
Barrocas (BA)	410
Campo Bom (RS)	410
Guarujá (SP)	404
São Marcos (RS)	403
Marataízes (ES)	402
Castelo (ES)	395
Pinheiros (ES)	385
Pinhais (PR)	384
Nova Petrópolis (RS)	365
Santana (AP)	362
Lauro de Freitas (BA)	350
Olinda (PE)	345
Jequié (BA)	326
Sabará (MG)	325
Maripá (PR)	314
Manaus (AM)	313
Três Lagoas (MS)	309
Esteio (RS)	301

Na relação daqueles que dispensam mais atividades econômicas, destaca-se o município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco com 1.195 atividades



dispensadas de alvarás e licenças. Os municípios de Pinhalzinho (SC), Serrinha (BA), Boa Vista (RR), Bagé (RS), Portão (RS), Rio Grande (RS), São José do Norte (RS), Montenegro (RS), Porto Alegre (RS) também se destacam, com mais de 800 atividades econômicas dispensadas.

No total são 142 municípios que dispensam mais atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco, proporcionando um ambiente de negócios mais livre e favorável à abertura de empresas aos empreendedores locais. Importante salientar que os municípios sem classificação própria nos estados do Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro também dispensam mais atividades econômicas que a norma federal, já que estão sujeitos às suas respectivas normas estaduais.

Já no cenário das capitais destacam-se Porto Alegre (846), Recife (779), Salvador (766), Curitiba (555), Maceió (492), Macapá (451), e Manaus (313), que dispensam mais atividades que a classificação nacional. Considerando ainda a aplicação da norma estadual, Porto Alegre (770), Campo Grande (612) e Rio de Janeiro (418) também dispensam mais.

Adiante segue ranking com os municípios que dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional:

#### **Destaque 6**

Ranking de municípios com menos atividades econômicas dispensadas no país.

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
<b>Votuporanga (SP)</b>	17
<b>Brotas (SP)</b>	21
<b>Diadema (SP)</b>	43
<b>Tijucas do Sul (PR)</b>	52
<b>Americana (SP)</b>	60
<b>Bastos (SP)</b>	77
<b>Santa Teresa (ES)</b>	86
<b>Paragominas (PA)</b>	87
<b>Cruzeiro do Oeste (PR)</b>	98
<b>Paulista (PE)</b>	122
<b>Colombo (PR)</b>	128
<b>Porto Ferreira (SP)</b>	131
<b>Alegre (ES)</b>	133
<b>Dois Irmãos (RS)</b>	134
<b>Rio Formoso (PE)</b>	143
<b>Teixeira Freitas (BA)</b>	159
<b>Balsas (MA)</b>	165

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
Erechim (RS)	185
Loanda (PR)	187
Itaquiraí (MS)	190
Ipê (RS)	197
Planaltina (GO)	197
Itabirito (MG)	199
Fartura (SP)	200
Cajamar (SP)	201
Osório (RS)	202
Vitória (ES)	202
Ibiúna (SP)	204
Guarapuava (PR)	206
Eunápolis (BA)	210
Artur Nogueira (SP)	216
Brumado (BA)	217
Cruz Alta (RS)	217
Jacobina (BA)	218
Ampére (PR)	218
Eldorado do Sul (RS)	222
Garopaba (SC)	225
Rodeio Bonito (RS)	225
Nova Esperança (PR)	228
São Gonçalo dos Campos (BA)	228
Venda Nova do Imigrante (ES)	229
Santo Antônio de Jesus (BA)	230
Vitória da Conquista (BA)	232
Irecê (BA)	235
Porto Velho (RO)	235
Glória de Dourados (MS)	237
Praia Grande (SP)	237
Salto do Pirapora (SP)	237
Xangri-Lá (RS)	237
Pedro Canário (ES)	239
Senador Canedo (GO)	241
Pérola (PR)	242
Campina Grande do Sul (PR)	243
Corumbá (MS)	243
Barra de São Francisco (ES)	245
Bom Jesus da Lapa (BA)	245
Cuiabá (MT)	245
Barbosa Ferraz (PR)	246

<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
Guanambi (BA)	248
Simões Filho (BA)	248
Araras (SP)	250
Itapetinga (BA)	250
Sorriso (MT)	251
Feira de Santana (BA)	254
São Francisco de Paula (RS)	257
Belo Horizonte (MG)	257
Ariquemes (RO)	263
Rio Bananal (ES)	269
Bela Vista (MS)	270
Tavares (RS)	271
Janiópolis (PR)	272
Barretos (SP)	273
Juiz de Fora (MG)	273
Eldorado (MS)	277
Marechal Cândido Rondon (PR)	277
Ibitirama (ES)	278
Teresina (PI)	279
Miranda (MS)	280
Porteirinha (MG)	281
Maringá (PR)	283
Campo Formoso (BA)	283
Anastácio (MS)	283
Montanha (ES)	284
Santana do Ipanema (AL)	284
Piranhas (AL)	284
Pão de Açúcar (AL)	284
São Miguel dos Campos (AL)	284
Aquidauana (MS)	285
Nova Mamoré (RO)	285
Sooretama (ES)	285
São Tiago (MG)	286
Aracaju (SE)	289
Bonito (MS)	289
Figueirão (MS)	289
Ivinhema (MS)	289
Jardinópolis (SP)	289
Ponta Porã (MS)	289
Inocência (MS)	289
Rio Negro (MS)	289



Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas
Caarapó (MS)	289
Jardim (MS)	289
Ribas do Rio Pardo (MS)	289
São Gabriel do Oeste (MS)	292
Jaciara (MT)	293

Na relação daqueles que dispensam menos atividades econômicas, apresentam-se os municípios de Votuporanga (SP), Brotas (SP), Diadema (SP) e Tijucas do Sul (PR), que dispensam menos de 60 atividades econômicas das emissões de alvarás e licenças. No total são 104 municípios que dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco.

Entre as capitais, Porto Velho (235), Cuiabá (245), Belo Horizonte (257), Teresina (279), Aracaju (289) e Vitória (202) dispensam menos atividades econômicas que a classificação nacional de baixo risco. Considerando ainda a aplicação da norma estadual, o município de Florianópolis (290) também dispensa menos atividades que a norma nacional.

É importante ressaltar que, para os municípios que não constam na relação daqueles que dispensam mais ou menos atividades econômicas (destaques 5 e 6), prevalece a norma do estado no respectivo município. Na ausência de norma municipal e estadual, o município fica sujeito à norma federal. Por fim, as informações são referentes às normas encaminhadas até o final do quarto trimestre de 2023.

Adiante é apresentado ranking considerando somente as capitais das unidades federativas, bem como a aplicação da norma federal ou estadual para aquelas sem classificação específica:

#### **Destaque 7**

Ranking de atividades dispensadas nas capitais.

Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas
Boa Vista (RR)	1011
São Paulo (SP)	908
Porto Alegre (RS)	846
Recife (PE)	779
Salvador (BA)	766
Campo Grande (MS)	612
Curitiba (PR)	494
Maceió (AL)	492
Macapá (AP)	451



<b>Município</b>	<b>Quantidade de atividades econômicas dispensadas</b>
Rio de Janeiro (RJ)	418
Manaus (AM)	313
Belém (PA)	300
Brasília (DF)	300
Fortaleza (CE)	300
Goiânia (GO)	300
João Pessoa (PB)	300
Natal (RN)	300
Palmas (TO)	300
Rio Branco (AC)	300
São Luís (MA)	300
Florianópolis (SC)	290
Aracaju (SE)	289
Teresina (PI)	279
Belo Horizonte (MG)	257
Cuiabá (MT)	245
Porto Velho (RO)	235
Vitória (ES)	202